

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

Neoliberal advancement: background in education

João Paulo Araújo Pimentel Lima
Rayssa Melo de Oliveira
Eduardo Ferreira Chagas
Universidade Federal do Ceará - UFC
Fortaleza-Brasil

Resumo

Após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e consolidou o modelo neoliberal como ideologia político-econômica, a política educacional no Brasil muda de direção e o horizonte de conquistas sociais é relegado. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo expor tais retrocessos e relacioná-los à vigente política neoliberal. Abordaremos os efeitos desse modelo nas contrarreformas e na investida conservadora que atacam a educação pública, fundamentados por uma linha teórico-metodológica crítica das teorias liberais e tomando por referência intérpretes do Brasil atual, notícias, documentos e teóricos do liberalismo.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Conservadorismo.

Abstract

After the coup that ousted President Dilma Rousseff and consolidated the neoliberal model as a political-economic ideology, educational policy in Brazil changes direction and the horizon of social conquests is neglected. In this sense, the present article aims to expose such setbacks and relate them to the current neoliberal policy. We will approach the effects of this model on the counter-reforms and conservative onslaught that attack public education, based on a critical theoretical-methodological line of liberal theories and taking as a reference interpreter of current Brazil, news, documents and theorists of liberalism.

Keywords: Education; Neoliberalism; Conservatism.

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

Introdução

As relações sociais e políticas não seguem necessariamente um padrão lógico de ação e reação. No Chile, os estudantes iniciaram em 2019 um movimento nas ruas contra o aumento das passagens que cresceu ao ponto de forçar o presidente Sebastian Piñera a anunciar um pacote de benefícios sociais, como mudanças nas regras de aposentadoria e o aumento do salário mínimo. No Brasil, os estudantes também tomaram as ruas, um pouco antes, em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, exaltados com o aumento das passagens. Assim como ocorreria no Chile anos mais tarde, as demandas do nosso país cresceram, e diante de espetáculos como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, os manifestantes despejaram seus descontentamentos nos governos da época exigindo também serviços públicos de qualidade. Não bastava ter uma copa “padrão FIFA”, o que o povo queria era saúde e educação nesse mesmo modelo. Estranhamente, a história tomou um curso inusitado no Brasil. Ao contrário do que hoje se forma no Chile, onde o governo reconhece que, após décadas de mercantilização dos serviços públicos, é preciso garantir certos direitos sociais, aqui ocorreu o inverso. O povo foi às ruas por mais direitos e melhor qualidade de vida, e hoje tem menos. Aqui os salários e as aposentadorias não cresceram, reduziramⁱ. Contrariando o desejo expresso na gênese das Jornadas de Junho, de 2013 o país retrocedeu em direitos sociais e avançou nas políticas neoliberais.

Neste artigo, faremos um breve excuro pelos últimos anos do Brasil, especialmente a partir de 2016, com o golpe que afastou a presidenta Dilma Rousseffⁱⁱ - e consolidou o modelo neoliberal como plano econômico-político - até o fim do primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Veremos como esse modelo ameaça inclusive a noção de educação pública através do seu ideal de sociedade baseada no livre mercado e na competição, ganhando forma por meio da transferência do público para o privado, seja através da desregulamentação, terceirização, parceria público-privada ou privatização. Deter-nos-emos nos retrocessos que essa ideologia vem impondo à educação, desde a política de austeridade que vem penalizando o trabalhador, passando pela interferência empresarial na gestão pública, até o projeto de desqualificação do setor educacional público e do magistério com o Escola sem Partido. Nosso objetivo, portanto, consiste em realizar um inventário dos fatos ocorridos no período recortado e identificar a relação entre tais fatos (políticas públicas, alterações de leis, incentivo a ideologias contrárias à educação pública etc.) com as ideias neoliberais e seu projeto de sociedade. Utilizaremos como referências

intérpretes do Brasil atual, teóricos do liberalismo (Friedrich Hayek e Ludwig von Mises) e do pensamento conservador (Roger Scruton) e, sempre que necessário, fontes para comprovar os dados apresentados, sejam estudos ou notícias.

O golpe e o avanço neoliberal

Partimos do consenso que o termo neoliberalismo refere-se ao modelo político-econômico efetivado a partir dos anos 70, tendo como precursores Ronald Reagan e Margaret Thatcher, nos EUA e na Europa, e na América Latina de forma pioneira com o Chile de Pinochet. Seu objetivo primeiro era a demolição do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), aliviando os gastos sociais e garantindo o lucro dos capitalistas. Nesse modelo, o intervencionismo e a teoria keynesiana são relegados em nome do estado mínimo. Na prática, isso representou o fim de um ideal de investimento em políticas públicas e garantia de direitos sociais. Em nome de uma liberdade de mercado que, em tese, regularia a economia e traria benefícios individuais e coletivos, foi posta em prática ações para quebrar a força dos trabalhadores, afrouxando direitos trabalhistas e enfraquecendo os sindicatos. Além disso, para garantir o livre-mercado, o Estado era desmontado em privatizações com a mercantilização de tudo que poderia ser comercializado (BIANCHETTI, 1996).

O neoliberalismo representa, sobretudo, um novo paradigma nas ciências econômicas, pois passa a orientar as ciências sociais e políticas a partir de suas próprias categorias, visando o lucro e o crescimento econômico acima de tudo. Contudo, tal crescimento não se traduz necessariamente em qualidade de vida, muito menos em distribuição de riqueza. Pelo contrário, o neoliberalismo, como um conjunto de ideias racionalizadas principalmente pelos teóricos das escolas de Viena e Chicago, defende o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo clássico (HAYEK, 1990) e, conseqüentemente, cumpre o telos capitalista da acumulação, concentração e centralização de capital e, por conseguinte, produção da exclusão (BIANCHETTI, 1996). Além disso, devemos sinalizar ainda um dos seus elementos constitutivos que o diferencia do liberalismo clássico: a preocupação com a formação de um tipo de sujeito. Competição e rivalidade não só devem ser amplificadas no ambiente econômico, mas em todas as relações humanas. Os sujeitos devem ser “educados” para se “adaptarem” a esse modo de viver, onde o modelo de liberdade e eficiência é o da empresa. Há, portanto, uma ênfase na ação subjetiva, em detrimento da intervenção estatal. Dessa forma, o elemento construtor da

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

sociedade é empreendedorismo – o ser humano se torna um “ser empresarial” (DARDOT e LAVAL, 2016). Veremos adiante como essas ideias encontraram lugar nas contrarreformas educacionais.

Aqui no Brasil tais ideias não são novidades. O liberalismo acompanha a história do nosso país, intensificado em alguns momentos pela ideologia conservadora e pelo autoritarismo. Políticas que não atendem a essa tradição não são bem recebidas pela classe dominante do país. Quando um governo aponta para o horizonte de direitos sociais a história registra-se um golpe. O nacionalismo de Getúlio Vargas e as reformas de base de João Goulart não foram tolerados. O primeiro suicida antes de ser deposto, o segundo tem sua administração interrompida pela ditadura militarⁱⁱⁱ. Do mesmo modo, a sucessão de governos petistas chega ao fim^{iv} com um golpe jurídico-parlamentar que depõe a presidenta Dilma Rousseff, mesmo quando ela deixa de lado a agenda de direitos e distribuição de renda que marcou os governos anteriores e acena para o neoliberalismo, finalizando um modelo político-econômico de 12 anos.

Podemos então situar a radicalização do liberalismo e o germe do neoliberalismo ainda no governo petista, quando o programa de governo vencedor nas eleições de 2014 é preterido para dar lugar a uma política de austeridade e desmantelamento dos serviços públicos. Tal mudança de agenda visava acalmar as elites de um país polarizado e, ao mesmo tempo, conter os efeitos da desaceleração da economia para esse grupo privilegiado. Para isso, são convocados nomes do agrado do mercado financeiro para o Ministério da Fazenda, como Joaquim Levy e Nelson Barbosa, sendo o segundo o articulador do plano de equilíbrio fiscal que atacava a existência do serviço público, o PLP 257/2016. Além disso, uma política de desonerações beneficiou certo grupo de empresários e, em contrapartida, contribuiu com a queda de receitas do governo (CASTRO, 2017). Apesar desses esforços para aplacar a fome do mercado, o governo Dilma não resistiu.

É verdade que o Partido dos Trabalhadores realizou uma grande coalização para manter a governabilidade e jamais indicou em seu programa uma aspiração socialista ou, como se fala, uma guinada à esquerda. O que marca os anos petistas é uma habilidosa política de conciliação onde se concretiza uma inegável redução da pobreza, crescimento econômico, conquista de direitos sociais e projeção internacional como Estado soberano. Se, por um lado, foi investido consideravelmente em programas sociais e em áreas sensíveis, como educação; por outro lado, os bancos atingiram lucros nunca antes vistos (CALIXTO e

RIBEIRO, 2014) e a dívida interna alcançava, no governo Dilma, praticamente metade do orçamento (MARANHÃO, 2016), tornando-nos o paraíso do rentismo (FERNANDES, 2018). Reformas necessárias, como a política e a tributária, deixaram de ser feitas. E enquanto a pobreza extrema era eliminada, tornávamos, paradoxalmente, cada vez mais desiguais. E o que isso significa? Que ao mesmo tempo em que deixávamos o mapa da fome^v e aumentávamos o poder de compra da classe trabalhadora, uma pequena elite se tornava cada vez mais rica, acentuando a concentração de riqueza e elevando a desigualdade de renda. Esses paradoxos evidenciam o caráter liberal da administração petista. Ou seja, a promoção de avanços sociais na construção do Estado de bem-estar estava condicionada ao lucro dos mais ricos. Por isso, mesmo inserido na lógica liberal, acompanhamos o entendimento que os anos petistas configuram uma inflexão entre os governos neoliberais que o antecederam e o sucederam, e que, ainda que de forma tímida, o país nesse período caminhava na construção do seu Estado de bem-estar social (POCHMANN, 2020).

Quando falamos de educação, os avanços da era PT são notáveis, principalmente se comparados ao governo anterior. Para fazer uma breve lista, poderíamos citar a criação de programas como o Bolsa-Família (atrelado à frequência do aluno), Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que possibilitou a criação de novas universidades e novos campi, além de dezenas de unidades dos Institutos Federais (IF). Soma-se a isso, o aumento do orçamento do MEC, a criação de um novo modelo de financiamento (o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB) e de um mecanismo destinado à avaliação da qualidade da educação básica (o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB), a ampliação da obrigatoriedade escolar (com a EC 59), o retorno de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio, e a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Todas essas ações conduziram o país para um expressivo aumento de matrículas nas universidades federais e mais investimentos na educação básica (NACIF e FILHO, 2019). Para efeito de uma comparação rápida, podemos ilustrar os avanços do PT em relação ao governo anterior, por exemplo, quando em oito anos de governo, Fernando Henrique Cardoso não construiu sequer uma universidade federal. É preciso destacar ainda a lei 11.738/2008 que finalmente estabeleceu o piso do magistério e destinou 1/3 da carga horária

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

para o planejamento das atividades docentes. Além disso, em 2014 entrou em vigência o atual Plano Nacional de Educação (PNE) e com ele a tão sonhada meta 20 que objetiva aumentar os investimentos na educação para alcançar 7 % do Produto Interno Bruto (PIB)^{vi} do país em 2019 e 10% em 2024^{vii}. Tal meta não foi e, ao que parece, não será concretizada, pelo menos não pelo atual governo. Esse projeto do PT para o país, de lenta melhoria de qualidade de vida por meio de políticas de transferência de renda e investimentos públicos em benefício da classe trabalhadora, é afundado de vez com o golpe.

Sobre a fome do mercado, é preciso enfatizar: ela é insaciável. Mesmo obtendo lucros e ganhos exorbitantes com os governos petistas, a classe capitalista vislumbrou que poderia ganhar ainda mais com outro partido no poder, nem que para isto fosse necessário derrubar uma presidenta democraticamente eleita. O político Ciro Gomes, em breve artigo datado de 2016, asseverava que três pulsos orquestraram e aplicaram o golpe:

O primeiro foi da banda podre da nossa política, que deseja obstruir a justiça barrando a operação Lava Jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil. O segundo se destina a reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública. Neste caso estão, por exemplo, o tabelamento dos gastos com saúde e educação, que evidentemente afetarão a vida da grande massa da população brasileira, em favor de menos de 10 mil famílias que vivem do capital especulativo. E, por fim, está o terceiro pulso, que é motivado pela tentativa de destruir o esforço de afirmação da soberania nacional entregando petróleo e outras riquezas para o capital estrangeiro. Esse caso ficou evidente com a aprovação no Senado Federal da mudança da regra de partilha do Pré-Sal e com o discurso de posse do novo diretor da Petrobras, Pedro Parente, em 2 de junho de 2016, que declarou não ver necessidade do Brasil ser detentor da exclusividade de exploração (GOMES, 2016, p. 36).

Dilma não foi deposta por que cometeu um crime de responsabilidade, sequer houve tal crime (RIBEIRO, 2017). Seu mandato é interrompido por conta das razões assinaladas acima por Ciro Gomes^{viii}, para atender os interesses de, pelo menos, três grupos de poder, sendo um deles aquela pequena elite que lucra no mercado especulativo, mesmo quando o resto do país perece.

Ponte para qual futuro?

Desde que assumiu o governo, o impopular presidente Michel Temer^{ix} pôs em marcha uma agenda muito diversa daquela anunciada pela sua chapa em 2014. Deixando de lado as políticas de investimento em serviços públicos e o assistencialismo dos governos petistas, o atual presidente atuou como um arauto do *deus-mercado*, atendendo as exigências do capital e desmontando os avanços sociais construídos nos últimos anos. Em pouco mais de dois anos, Temer e sua base aliada, em nome do “crescimento econômico”,

conseguiram impor medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e que já afetam negativamente a vida dos mais pobres do país (BERNARDES, 2017). Se no fim do governo Dilma consideramos que houve um aceno ao modelo neoliberal, é com o governo Temer que essas ideias ganham força. Sem perder tempo e aproveitando sua impopularidade, o presidente ilegítimo realiza três investidas cirúrgicas para “colocar o país nos trilhos”, um conjunto de contrarreformas que afetam a economia e a prestação dos serviços públicos, as relações de trabalho e a educação básica. Tais “reformas” estavam alinhadas ao plano de estratégia “Ponte para o futuro” elaborado em 2015 por teóricos ligados ao partido de Temer, o PMDB, e também do partido opositor ao governo, o PSDB^x. Temer, inclusive, numa entrevista em Nova Iorque em 2016, admite que um dos fatores que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff foi a não aceitação desse programa em 2015 (VIEIRA, 2016). Vejamos, então, as principais ações do governo Temer e seus efeitos para a educação.

A primeira grande derrota para os servidores e para aqueles que dependem dos serviços públicos foi a aprovação da PEC 55 (o “teto de gastos”), que congela os investimentos públicos por 20 anos, comprometendo diretamente áreas essenciais, como educação e saúde. O congelamento dos gastos e seu reajuste ao percentual da inflação do ano anterior, como ficou definido pela PEC, não leva em consideração pelo menos dois aspectos fundamentais: 1) Saúde e educação não se encontram em uma situação de excelência, necessitando de mais investimentos e não de cortes. Nesse cenário, por exemplo, várias metas do Plano Nacional de Educação (PNE) estão em risco ou mesmo impossibilitadas de serem efetivadas, como é o caso da meta que estabelece o aumento gradual de investimentos, atingindo até 2019, 7% do PIB e até 2024, 10% do PIB. 2) O texto também não leva em conta que projeções demográficas estipulam uma população de 228 milhões de habitantes até 2043 (hoje temos 207,7 milhões no nosso país) (AFFONSO, 2013). Ou seja, mesmo que os serviços públicos existissem no Brasil de forma impecável, para que a PEC funcionasse o número de habitantes também precisaria ser “congelado”.

O segundo revés foi a tão esperada - pelo capital estrangeiro - abertura do Pré-Sal. Com a lei 4567/16 de autoria do senador José Serra, a Petrobras deixou de ser obrigada a participar de todos os blocos de exploração do Pré-Sal, abrindo espaço para empresas estrangeiras. Nessa nova configuração, economistas projetam que, em 35 anos, educação e saúde perderão 70 bilhões de dólares (MARTIN, 2016). Enquanto o Brasil perde, as empresas

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

estrangeiras lucram. Vale lembrar que em 2010, as petroleiras norte-americanas mostraram-se assaz descontentes com a lei 12.351 de 2010, que determinava a participação obrigatória da Petrobrás em todos os consórcios de exploração. Na época, o então candidato à presidência, José Serra, conforme vazamentos do *WikiLeaks*^{xi}, prometeu a representantes das petroleiras a alteração da regra (MARTIN, 2016). Tal fato, enfim se concretizou, seis anos mais tarde, pela iniciativa do próprio Serra.

O prejuízo para os trabalhadores só aumentou em 2017. Primeiro com a lei da terceirização irrestrita e depois com a reforma trabalhista. Os dois projetos atendem ao lobby dos grandes empresários que desejam lucrar através da redução de custos com o empregado. O resultado foi desastroso para a classe trabalhadora. Com a nova modalidade de trabalho, o trabalho intermitente^{xii}, já surgem casos de empresas contratando por menos de R\$ 150,00 ao mês. Além disso, o acesso à justiça do trabalho foi dificultado e os sindicatos enfraquecidos. Em relação aos profissionais terceirizados, as condições de trabalho no Brasil sempre foram desfavoráveis, visto que, em média, esses profissionais ganham 25% menos e trabalham 3h a mais que outros empregados (MADEIRO, 2015). Resumindo, a reforma atendeu apenas às demandas de um dos lados que compõe as relações de trabalho, o lado do patrão.

De fato, tanto o teto de gastos como a reforma trabalhista afetam diretamente os investimentos na educação e a vida dos trabalhadores em educação. Tais medidas estão sintonizadas com o programa neoliberal em seus aspectos essenciais, como a ideia de Estado mínimo, aplicada na prática com um programa de privatizações e um teto de gastos públicos, e o enfraquecimento de leis e perda de direitos, em especial os direitos trabalhistas. Os sindicatos foram atacados impiedosamente, primeiro com o fim da contribuição sindical (no governo Temer) e depois com a tentativa de proibir o desconto na folha de pagamento (já no governo Bolsonaro). Bolsonaro, aliás, dando continuidade à agenda de Temer, acaba com o Ministério de Trabalho, em um país que inicia o ano de 2019 com mais de 10 milhões de desempregados^{xiii}. Há, sem dúvida, um forte movimento de desregulamentação e afrouxamento de fiscalização, não só no que concerne ao trabalho, mas em termos gerais. Terras indígenas invadidas, aumento dos conflitos no campo, centenas de novos agrotóxicos liberados, tudo isso em nome de uma liberdade de lucrar e da inocente crença de que essa liberdade pode regular satisfatoriamente a vida em sociedade em sua completude (MISES, 2009). Se não bastasse tudo isso, estava reservada

ainda uma contrarreforma para a área: a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A padronização do currículo e as alterações na estrutura do ensino médio estão em consonância com o que Freitas (2018) chama de reforma empresarial da educação. Seguindo a receita neoliberal de transformar os sistemas pedagógicos em mais uma peça do mercado, a reforma educacional visa abandonar a concepção de educação como direito em nome uma nova educação encarada como serviço. Vejamos com mais detalhes.

No ideal de sociedade neoliberal, onde reina o livre mercado, a vida humana atingiria a plenitude da liberdade sem a interferência do Estado (que passa de gestor para mero financiador), já que este é visto como empecilho para a autorrealização das potencialidades humanas, num mundo onde tudo está ao alcance de todos mediante o esforço e mérito de cada um. Mesmo as desigualdades de oportunidades não deveriam ser geridas pelo Estado. No caso da educação, por exemplo, não cabe ao poder público oferecer uma escola pública de qualidade para os que não podem pagar. Nessa perspectiva, o Estado é compreendido como mau gestor, de modo que seu modelo de escola pública estaria fadado ao fracasso. E se o sucesso está na gestão privada, as escolas também devem ser privadas. Às famílias carentes deveriam ser disponibilizados vouchers para que cada uma possa exercer seu direito de livre escolha e optar pela instituição que desejar, tal como defende Milton Friedman (BIANCHETTI, 2001). Mas esse seria o cenário ideal - o de privatização total - onde todos os setores da gestão pública, mesmo aqueles ligados a direitos (como educação, saúde etc.) passariam a livre iniciativa como qualquer serviço, imersos na relação entre fornecedor e consumidor, mediados por parâmetros como concorrência, oferta e procura. No entanto, enquanto esse ideal não é efetivado existem outros caminhos a percorrer, como a terceirização, as parcerias público-privadas (PPP) e a inserção do modelo empresarial na gestão escolar.

Decorrente de uma ideia que entende que a empresa é o padrão administrativo de qualidade, a escola deveria se dobrar a esse modelo de gestão. É uma visão estreita que desconsidera a natureza específica da escola e sua ação voltada à formação humana (FREITAS, 2018). Ao invés disso, as instituições educacionais reduzem seu objetivo ao estabelecimento de metas e alcance de resultados e, para isso, são necessários a padronização curricular e instrumentos que possam aferir o desempenho dos estudantes: as

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

avaliações em larga escala. Por conseguinte, para corrigir as falhas e estimular a obtenção dos resultados, é inserido um modelo de responsabilização vertical de onde emergem escolas vencedoras e fracassadas, recompensadas com premiações ou penalidades. Não é difícil imaginar que neste panorama a vida escolar passa a se guiar unicamente pela preparação para as avaliações e que a pressão e o estresse acompanham diariamente a ação educativa, atingindo diretores, coordenadores, professores, alunos e familiares. Aqui é até mesmo difícil precisar se a avaliação é voltada ao currículo ou se o currículo é pensado exclusivamente para atender os objetos das avaliações.

Tal política de testes e responsabilização, embora não apresente resultados significativos em relação à melhoria da qualidade da educação, tem consequências negativas, como: tempo perdido em preparação para os testes, aumento do estresse entre os envolvidos, pouco incentivo às áreas do conhecimento não avaliadas e até mesmo a manipulação e inflação de notas (FREITAS, 2018). Além disso, ao adotar objetivos e processos empresariais e inserir-se dentro das concepções de sociedade do neoliberalismo, a escola cede o controle do processo educativo aos agentes privados e passa a reproduzir valores como o individualismo e a competição. Enquanto isso, elementos constitutivos da escola pública, como a gestão democrática e a preocupação com o bem comum, são gradativamente desfigurados.

O que se oculta nesse processo é simplesmente o essencial do debate educacional, isto é, os fins da educação. Na perspectiva neoliberal, o telos da educação se reduz a preparar o educando com saberes mínimos para introduzi-lo no mundo do trabalho. Não há interesse em discutir o papel da educação para a formação cidadã, o acesso à cultura e o pensamento crítico. Assim, é inviabilizada uma formação capaz de imbuir o espírito do educando com o horizonte da transformação. Pelo contrário, os sistemas pedagógicos limitam-se a repetir o “mesmo”.

Apesar de não obterem resultados relevantes no que concerne à qualidade e de serem praticamente abandonados (depois de anos de questionamento) em seu país de referência (Estados Unidos da América) (FREITAS, 2018), os testes em larga escala, e a política de responsabilização vertical somada a um currículo nacional efetivaram-se aqui com as reformas do governo Temer. É bem verdade que mesmo nas gestões petista já se praticavam avaliações nacionais (como a Prova Brasil) que determinavam, mesmo indiretamente, políticas de responsabilização vertical em estados e municípios. Também não

se deve desconsiderar que essas mesmas gestões seguiram à risca as orientações das organizações internacionais para a educação (FREITAS, 2018) e que foi no mandato da presidenta Dilma Rousseff que a BNCC começou a ganhar forma. Entretanto, como veremos adiante, tais políticas educacionais sucumbem totalmente aos interesses empresariais (disfarçados em suas fundações e ONGs) após o golpe e tanto a BNCC como a reforma do ensino médio cedem às pretensões ideológicas desses grupos.

Seguindo a cartilha de fundações e institutos empresariais, a reforma do ensino médio veio para consolidar um ensino tecnicista voltado aos interesses do mercado. Por meio de uma Medida Provisória (MP 746/2016) o presidente Temer propôs uma reforma elaborada internamente sem ouvir a sociedade, muito menos os profissionais da educação. Os estudantes reagiram e ocuparam, em protesto, mais de mil escolas pelo Brasil, uma das maiores manifestações estudantis que se tem notícia e que não foi repercutida com a merecida atenção pela nossa grande mídia (GONÇALVES, 2016). O fato é que, mesmo com a mobilização de estudantes e professores, a reforma foi aprovada pelo congresso e, em seguida, consolidada pela BNCC.

Para os estudantes, o resultado foi desastroso. Ao dividir a maior parte da carga horária em itinerários formativos, a reforma do ensino médio compromete a formação do educando, deixando um ensino fragmentado e limitado. Levando em conta o itinerário formação técnica e profissional fica clara a dimensão do prejuízo, já que as tradicionais áreas do conhecimento (linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas) são relegadas, restando apenas a língua portuguesa e a matemática como obrigatórias nos três anos do ensino médio. O aluno, por sua vez, terá que optar entre os cinco itinerários, podendo fazer até dois, se assim for oferecido pela rede de ensino.

Mas uma reforma cujo objetivo é formar mão de obra e eliminar os custos com treinamento em benefício dos grandes grupos empresariais (que participaram ativamente do posterior debate sobre a reforma com suas fundações e institutos) não seria completa sem eliminar o pensamento crítico. Sendo assim, a MP do presidente Temer retira a obrigatoriedade das disciplinas filosofia e sociologia. A quem interessa nossos jovens estudando o pensamento e a sociedade humana? Discutindo política, democracia e participação popular? Não para esse governo. Com muito esforço da oposição na câmara,

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

apoiada pela mobilização de estudantes, profissionais da educação e sindicatos, a MP sofreu algumas alterações. Filosofia e sociologia deixaram de ser obrigatórias como disciplinas, mas seus “conteúdos e práticas” permaneceram, numa configuração bastante confusa e problemática, porque sugere que as disciplinas devem aparecer no ensino médio, mas não como disciplinas. Na prática, a rede de ensino que optar por não ofertá-las, terá que inserir seus conteúdos em outras disciplinas através de atividades ou projetos, dispensando o profissional da área e comprometendo a qualidade do ensino.

Instalada ainda no governo Dilma através da portaria CNE/CP nº 11/2014, a comissão bicameral para a Base Nacional Comum inicia os trabalhos em 2014 acompanhando e contribuindo para a confecção do documento junto ao MEC. Suas duas primeiras versões foram construídas com a participação de professores, gestores e pesquisadores de todas as regiões do país. Com o golpe, o documento muda radicalmente de orientação, atendendo ao conjunto de alterações na LDB que ficaram conhecidas como “reforma do ensino médio”. Com isso, a terceira versão do texto, alinhada aos propósitos dos grandes grupos empresariais encarnados em seus institutos e fundações - organizados em torno do Movimento pela Base Nacional Comum (AVELAR e BALL, 2017) - foi apresentada subitamente e de forma autoritária, desconsiderando a contribuição de especialistas e profissionais da educação.

O resultado foi uma proposta de padronização curricular, não mais preocupada com eixos de formação como “pensamento crítico”, “intervenção no mundo social e natural” ou “solidariedade e sociabilidade” expostos nas versões anteriores. Ao contrário, “[...] foi reforçada a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada a avaliação de tipo padronizada e estandardizada” (DOURADO e OLIVEIRA, 2018, p. 40). Com isso, o Brasil solidifica seu projeto educacional orientado por um currículo nacional comum cuja suposta preocupação com a qualidade estaria quantificada em resultados aferidos por testes em massa.

Na versão final da BNCC^{xiv}, os conhecimentos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, ou seja, estão a serviço dos grandes grupos que devem economizar, no futuro, uma boa quantia com treinamento e formação para seus funcionários, pois o projeto de educação que se firma com a reforma do ensino médio e a BNCC é o modelo de formação de mão obra treinada para enfrentar a desumanização do sistema capitalista. Não é sem justificativa que esses mesmos institutos e fundações estão

introduzindo nos sistemas de ensino treinamentos e formações cujo objetivo é a aplicação de um modelo de competências socioemocionais onde, por exemplo, o aluno deve aprender a ser estável emocionalmente e resiliente. A educação, ao invés de promover a criticidade e estimular a transformação social, agora cria mecanismos para não somente reproduzir as contradições deste “único mundo possível”, mas também adequar o educando a se conformar com esse mundo, ensinando-o a lidar com a competição, com a exploração e com a exclusão. Ou seja, uma educação a serviço do capital.

O avanço conservador e o projeto de desqualificação do magistério

Após um processo eleitoral marcado pela produção e disseminação em massa de notícias falsas (*Fake News*), a união entre liberais e conservadores consolida-se no poder personificada em Jair Bolsonaro^{xv}, um político que durante mais de duas décadas de atuação parlamentar nada tem apresentado para o fortalecimento da democracia. Ao contrário, seus discursos são marcados por posições extremadas, como a defesa da ditadura militar e o desprezo aos direitos humanos (MAZUI e CALGARO, 2018).

A primeira grande ação contra a educação é a reforma da previdência, que atinge de forma implacável os profissionais da área. A única reforma que não foi concluída por Temer tornou-se o grande marco inicial do atual governo. Tal ação foi apontada como medida necessária devido aos déficits nas contas públicas, embora o argumento tenha sido desmentido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência em 2017. Inúmeros foram os prejuízos para os profissionais da educação causados por esta reforma, dos quais vale apontar a mudança no tempo de contribuição que, de acordo com as novas regras, os trabalhadores do Regime Geral terão que contribuir, no mínimo, 15 (mulher) e 20 (homem) anos, enquanto para os professores o tempo mínimo de contribuição sobe para 25 anos em ambos os sexos.

No MEC, a principal característica no primeiro ano de governo é a paralisia. O primeiro Ministro da Educação, Ricardo Velez, deixa o MEC sem realizar nada além de discursos vazios e polêmicas. Em seu lugar, entra o Abraham Weintraub, que entrará para a história como o ministro que suspendeu cerca de 5,8 bilhões de reais da educação, dos quais 2,9 bilhões seguiram congelados até o final do ano (BERMUDEZ, 2019).

Outros pontos de destaque são o incentivo ao Ensino à Distância (EaD) e a criação de escolas cívico-militares. Sobre o primeiro, aprovado ainda na transição entre os governos,

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

possibilita às redes de ensino, no nível médio, a destinar para o EaD até 20% da carga horária dos cursos diurnos, para os cursos noturnos o percentual é maior, podendo chegar a 30% da carga horária. Quem lucra com isso são as empresas que venderão materiais didáticos e softwares para a EaD. As redes de ensino, por conseguinte, irão enxugar suas folhas de pagamento com pessoal e diminuir os custos com a manutenção das escolas. Acerca do segundo ponto, o governo reforça um modelo de ensino fundamentado na hierarquia e na disciplina que constrange o aluno e boicota o pensamento crítico, além de limitar a autonomia dos profissionais da educação (RICCI, 2018).

Sem muito esforço, pode ser mapeada a única ação original desse governo para a educação, um programa direcionado as universidades federais chamado “Future-se”. E como nas ações apresentadas anteriormente, não existem perspectivas positivas com esse programa. Na prática, ele retira a autonomia das universidades e entrega seu gerenciamento a Organizações Sociais (OS). Além disso, condiciona o desenvolvimento da pesquisa aos interesses da iniciativa privada, tornando a universidade um centro de formação e construção do saber subordinado ao poder do mercado. Com o discurso de “ampliar os recursos para as universidades”, o governo segue a cartilha neoliberal de submeter tudo aos interesses econômicos (PRATES, 2019). E a educação, como mera mercadoria, tem que se encaixar nessa engrenagem. Assim como foi o direcionamento da educação básica no governo Temer, tenta-se agora levar esses princípios ao nível superior.

A ideia de que tudo é mercadoria, tudo é relação entre empresa e cliente, expressa-se na política de vouchers para a educação endossada por Bolsonaro, uma ideia defendida décadas atrás por Milton Friedman (BIANCHETTI, 1996), mas que ganha repercussão no atual governo, graças ascensão do modelo neoliberal e do pensamento conservador. Na esteira dessa tendência, já se fala também em *homeschooling*, a educação domiciliar no modelo norte-americano. Para Friedman, o que está em jogo é o direito de escolha dos pais. Aos pais, cabe determinar que tipo de escola ou de educação é a mais adequada aos seus filhos. A gerência das famílias no que deve ou não ser ensinado encontra um instrumento ideal: o Escola sem Partido.

Na transição entre os governos Temer e Bolsonaro temos a ascensão do Escola sem Partido e, com ele, a criminalização da atividade docente. Inversamente proporcional ao desprestígio que cai sobre o professor, destaca-se nesse período uma atenção crescente às demandas do mercado e de igrejas cristãs para a educação (FRIGOTTO, 2017).

Apesar de ter sido criado ainda em 2004, o movimento Escola Sem Partido ganha notoriedade quando deixa de ser apenas um devaneio do seu fundador, o advogado Miguel Nagib, para entrar de vez no debate político quando convertido em projeto de lei, levado em 2014 a assembleia do Rio de Janeiro pelo então deputado Flávio Bolsonaro e, em seguida, a câmara da capital do estado pelo seu irmão, Carlos Bolsonaro. Os projetos se espalharam rapidamente por cidades e estados do Brasil, enquanto uma lei federal que pretende alterar a LDB 9.394/96 segue tramitando no congresso. Independente da aprovação desse projeto em cidades ou estados, seu conteúdo já ganhou força entre simpatizantes conservadores e os profissionais da educação já vivem um clima de insegurança e perseguição. São cada vez mais frequentes casos onde professores são filmados e perseguidos nas escolas, expostos nas redes sociais com vídeos editados distorcendo suas falas e sofrendo constrangimento por abordar conteúdos obrigatórios como reprodução, sexualidade, política, movimentos sociais etc. Segundo Linares e Bezerra:

Munidos das técnicas das guerras culturais, os publicistas do Escola sem Partido escolhem, ou simplesmente criam, temas escandalosos para atacar. Não raro arguem com o texto bíblico a fim de estigmatizar o ensino das ciências. Preconceitos que ainda encontram eco na sociedade são mobilizados como aríetes do movimento, justamente pelo seu potencial de escandalizar e gerar indignação, especialmente contra professores (LINARES E BEZERRA, 2019, p. 264).

No âmago das discussões que envolvem o Escola sem Partido está uma distorcida ideia de neutralidade da educação, como se na tarefa da transmissão da cultura humana não estivesse implícito a leitura e crítica da realidade. Nagib reduz a educação a uma mera transação comercial, onde a prerrogativa sobre conteúdos e práticas educativas recai sobre o cliente, isto é, as famílias. O mundo não deve ser pensado, somente reproduzido. Tal é modelo escolar defendido, por exemplo, por conservadores contemporâneos: primazia da escola privada e vouchers para garantir a escolha das famílias, somada a uma “educação moral” que não questione o modelo vigente, mas que o conserve (SCRUTON, 2015). Assim, não deve haver menção na escola a questões como política, religião e educação sexual, isso seria ativismo, pois são assuntos particulares. Desse modo, tanto liberais como conservadores encontram no Escola sem Partido um perfeito instrumento de atuação. No fundo, é um ataque à própria noção de educação pública. Nas palavras de Frigotto:

O passo necessário neste processo implicaria a mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. No mesmo processo, atacar as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores de Economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

formação docente – treinar para o ensinar. Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital (FRIGOTTO, 2017, p. 29)

O que se forma nesse cenário é uma verdadeira escola do partido único (a ideologia liberal), da religião única (o cristianismo) e de um único modo de ser e amar (a heteronormatividade). O Escola sem Partido, na prática, não funciona como o nome habilmente sugere. Sua interferência na atividade docente traz danos não só ao professor, tratado como potencial criminoso ou doutrinador, mas também aos alunos. Pois com ele, são reforçados preconceitos e discriminações. Trata-se de um projeto que vai na contramão de qualquer entendimento atual sobre direitos, tolerância e dignidade humana.

Conclusão

Iniciamos este artigo citando as manifestações no Chile e gostaríamos de terminar trazendo o tema novamente. Questionados sobre possíveis atos de tamanha magnitude aqui no Brasil, o filho do presidente e atual deputado federal Eduardo Bolsonaro e dois Ministros de Estado, o General do Exército Brasileiro Augusto Heleno e o apologista neoliberal Paulo Guedes, evocaram o regime militar e o ato institucional nº 5 como instrumento para conter qualquer ato contrário aos interesses do governo (DW, 2019). Com um discurso respaldado pelo pioneiro da união entre o liberalismo e conservadorismo, o filósofo Edmund Burke (BIANCHETTI, 1996), Bolsonaro, Heleno e Guedes demonstram temor à mobilização popular. Manifestações contrárias não podem ser toleradas, nem que para isso seja preciso ressuscitar um mecanismo ditatorial. O único compromisso do neoliberalismo é com mercado, com o lucro e com a acumulação. Não há apreço pela democracia. É o governo do princípio da identidade, quem não está de acordo, está excluído.

Para a educação, são tempos sombrios. Do golpe ao fim do primeiro ano do governo Bolsonaro o país tem colecionado graves retrocessos, graças a um conjunto de políticas que vão de encontro às ideias neoliberais, como buscamos mostrar durante todo o texto. Dentre os vários ataques, dois merecerem maior destaque visto seu potencial destrutivo em longo prazo: as contrarreformas educacionais do governo Temer e o fortalecimento de ideologias conservadoras e antidemocráticas que ganham fôlego no bolsonarismo. Enquanto isso, debates fundamentais como o cumprimento das metas do PNE são relegados. O panorama que recortamos nesse curto período de tempo põe a escola pública em xeque em todos os seus níveis, da educação básica ao nível superior. Mais que isso, os próprios fins da

educação são transfigurados para atender interesses estranhos e nocivos, como as demandas do mercado e de movimentos religiosos. Enquanto as ideias neoliberais ganham mais espaço, a esperança de uma educação potencialmente libertadora, crítica, que respeite as diferenças étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, que lute contra o conservadorismo - que já existia no Brasil, mas que ganhou força após o golpe contra a Dilma - fica cada vez mais distante.

Referências

AFFONSO, J. População brasileira de começar a diminuir em 2043, diz IBGE. **UOL**. Rio de Janeiro, 29 ago. 2013. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/29/populacao-brasileira-deve-comecar-a-diminuir-em-2043-diz-ibge.htm>> Acesso em: 08 dez. 2019.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, [s.l.], v. 64, p.65-73, jan. 2019. Elsevier BV. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BERMUDEZ, A. C. MEC anuncia remanejamento no orçamento e libera R\$ 1,1 bilhão para federais. **UOL**, São Paulo, 18 out. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/18/mec-anuncia-remanejamento-no-orcamento-e-libera-r-11-bilhao-para-federais.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BERNARDES, J. E. Retrospectiva 2017: medidas do governo Temer atingiram principalmente os mais pobres. **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/27/retrospectiva-2017-reformas-do-governo-temer-atingiram-principalmente-os-mais-pobres>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BIANCHETTI, R. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CALIXTO, B.; RIBEIRO, M. Bancos lucraram mais no governo Dilma do que nos mandatos de FHC. **Época**, Rio de Janeiro, 11 set. 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/o-filtro/noticia/2014/09/principais-noticias-eleitorais-do-dia-11-de-setembro-de-2014.html>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

CASTRO, J. R. Dilma disse que se arrependeu das desonerações: o que foi essa política e quais as críticas a ela. **Jornal Nexo**, São Paulo, 14 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/14/Dilma-disse-que-se-arrependeu-das-desonera%C3%A7%C3%B5es-o-que-foi-essa-pol%C3%ADtica-e-quais-as-cr%C3%ADticas-a-ela>>. Acesso em: 10 Jan. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, M.; DOURADO, L. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

DW. Paulo Guedes reaviva polêmica sobre AI-5. DW, Berlin, 26 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/paulo-guedes-reaviva-pol%C3%AAmica-sobre-ai-5/a-51423303>> Acesso em: Acesso em: 01 jul. 2021.

FERNANDES, L. Dívida pública: rentistas lucram, investimentos caem e a conta não fecha. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 maio 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/17/divida-publica-rentistas-lucram-investimentos-caem-e-a-conta-nao-fecha/>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GOMES, C. Por que o golpe acontece? In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, J. Primavera secundarista pressiona, mas governo segue negando diálogo. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 27 out. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/10/27/primavera-secundarista-pressiona-mas-governo-segue-negando-dialogo/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LINARES, A.; BEZERRA, J. E. B. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CASSIO, Fernando (org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: reformas sem projeto. **Revista Adusp**, São Paulo, nº 34, p. 46-54, maio 2005. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MADEIRO, C. Terceirizados trabalham 3h a mais e ganham 25% menos, aponta estudo da CUT. **UOL**, Maceió, 09 abr. 2015. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/04/09/terceirizados-trabalham-3h-a-mais-e-ganham-25-menos-aponta-estudo-da-cut.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MARANHÃO, J. Dilma veta auditoria da dívida pública. **Congresso em Foco**, Brasília, 17 jan. 2016. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/dilma-veta-auditoria-da-divida-publica/>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

MARTIN, M. O pré-sal será aberto ao capital estrangeiro. Entenda o que muda. **El País**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770_864008.html>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MISES, L. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza Borges. 7 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MAZUI, G.; CALGARO, F. De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. **G1**, Brasília, 28 out. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

NACIF, P. G.; FILHO, P. A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Brasil: incertezas e submissão**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

POCHMANN, M. Estado de bem-estar social no Brasil: a construção interrompida? In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

PRATES, J. P. Future-se. A privatização da universidade pública. **Brasil 247**, 26 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/future-se-a-privatizacao-da-universidade-publica>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RIBEIRO, R. L. Tribunal de contas da união. In: ALVES, G. (Org.). **Enciclopédia do golpe**. Vol. 1. Bauru: Projeto editorial práxis, 2017.

RICCI, R. A militarização das escolas públicas. **El País**, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador**. Tradução Bruno Garschagen; Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TEMOTEO, A. Bolsonaro reduz para R\$ 1.067 proposta de salário mínimo, sem aumento real. **UOL**, Brasília, 31 ago. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/31/salario-minimo-valor-2021-orcamento-governo.htm>>. Acesso em: 27 set. 2020.

VIEIRA, I. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou 'Ponte para o futuro'. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 22 set. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

RIBEIRO, R. L. Tribunal de contas da união. In: ALVES, Giovanni (Org.). **Enciclopédia do golpe**. Vol. 1. Bauru: Projeto editorial práxis, 2017.

RICCI, R. A militarização das escolas públicas. **El País**, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SADER, E. Para onde vai o Brasil? In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SILVA, A. V. João Goulart e as reformas de base. **Textos e debates**, Boa Vista, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador**. Tradução Bruno Garschagen; Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Avanço neoliberal: retrocesso na educação

SILVEIRA, D. Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE. **G1**. Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SILVEIRA, D.; NAIME, L. Desemprego fica em 11,8% em setembro e atinge 12,5 milhões, diz IBGE. **G1**. Rio de Janeiro, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/31/desemprego-fica-em-118percent-em-setembro-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

TEMOTEO, A. Bolsonaro reduz para R\$ 1.067 proposta de salário mínimo, sem aumento real. **UOL**, Brasília, 31 ago. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/31/salario-minimo-valor-2021-orcamento-governo.htm>>. Acesso em: 27 set. 2020.

VIEIRA, I. Michel Temer diz que *impeachment* aconteceu porque Dilma rejeitou ‘Ponte para o futuro’. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 22 set. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Notas

ⁱ Com a implementação de uma política de austeridade, o poder de compra da classe trabalhadora foi reduzindo à medida que os salários não tiveram aumento real ou não acompanharam pelo menos o percentual da inflação do ano. Não é difícil encontrar servidores (de qualquer esfera pública) que estão há anos sem reajuste, acumulando grande defasagem; em Brasília, por exemplo, os servidores chegaram a seis anos de congelamento em 2020. Em relação ao salário mínimo, com o fim de uma política de valorização, os recentes reajustes se limitam a repor as perdas, sem ganho real (TEMOTEO, 2020).

ⁱⁱ O governo de Dilma Rousseff durou de 1 de janeiro de 2011 à 31 de agosto de 2016.

ⁱⁱⁱ Acerca dos ganhos sociais estabelecidos ou vislumbrados pela política nacionalista de Getúlio e Goulart ver os textos de SADER (2020) e SILVA (2019).

^{iv} A era do governo petista foi marcada pela presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 à 2011) e de Dilma Rousseff (2011 à 2016).

^v Silveira (2020) aponta, em reportagem ao G1, através de dados do IBGE, que em cinco anos no Brasil cresce em três milhões o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

^{vi} Vale lembrar que o percentual de 7% do PIB foi barrado anos antes pelo próprio governo petista, na administração de Lula (LEHER, 2005).

^{vii} Acerca da política educacional da era PT, embora seja notável o avanço na área, muitas ações ainda estavam ligadas a uma concepção mercantilista da educação, como o PROUNI e o FIES. Outras medidas acabaram não sendo totalmente concretizadas, como a lei do piso do magistério que é constantemente desrespeitada por estados e municípios. No entanto, por não ser o foco deste trabalho, não nos deteremos numa análise dessas e outras questões relevantes da administração petista.

^{viii} Queremos fazer um adendo no que diz respeito a nossa visão e a de Ciro Gomes sobre a operação Lava Jato. Consideramos a operação partidária e direcionada, se não em sua totalidade, mas pelo menos em sua maior parte, conforme foi provado pelos vazamentos

divulgados pelo The Intercept Brasil, por isso não endossamos a ideia de que a operação “revela as entranhas da corrupção no Brasil”. O próprio Ciro Gomes, mais tarde, irá mudar de opinião, defendendo, por exemplo, a nulidade do processo do ex-presidente Lula e até mesmo considerando membros da força tarefa como integrantes de uma “quadrilha”.

^{ix} O governo de Michel Temer durou de 31 de agosto de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

^x O programa prescrevia “[...] a desvinculação dos recursos da saúde e da educação, desindexação dos benefícios e do salário mínimo, mudança de idade para a aposentadoria, parcerias com o setor privado e abertura comercial” (VIEIRA, 2016).

^{xi} Consiste em uma organização transnacional, com sede na Suécia, que busca divulgar informações confidenciais acerca de governos ou empresas, através de fontes anônimas, por meio de seu site.

^{xii} Consiste em uma relação trabalhista em que o empregado trabalha e é remunerado somente quando a empresa necessita de seus serviços. Essa modalidade trabalhista traz benefícios apenas para o empregadores os quais contratam profissionais apenas para demanda pontuais e, portanto, não possuem a responsabilidade de manter continuamente o trabalhador. Para o empregado, representa instabilidade e insegurança devido à ausência de regulamentação.

^{xiii} SILVEIRA e NAIME (2019) apresentam, em reportagem ao G1, dados do IBGE para atestar aumento de desemprego no Brasil de 11,8% em setembro desse ano, atingindo 12,5 milhões de pessoas.

^{xiv} A versão final da Base Nacional Comum Curricular destinada à Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi publicada em 20 de dezembro de 2017.

^{xv} O governo de Jair Bolsonaro inicia em 1 de janeiro de 2019 à atualidade.

Sobre os autores

João Paulo Araújo Pimentel Lima

Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Mestrado em Ética e Filosofia Política pelo Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (2017). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará, onde realiza pesquisa sobre Educação e Filosofia da Libertação. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase no estudo de Santo Agostinho e da Filosofia da Libertação. Professor de Filosofia, Ética e Religião. Professor efetivo da Secretaria de Educação de Fortaleza. E-mail: pimentel-jp@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5667-4715>.

Rayssa Melo de Oliveira

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2014). Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (2017). Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, realizando pesquisa sobre formação de professores, ensino de Matemática e tecnologias digitais na educação. Integrante do Grupo de Pesquisa e Produção de Ambientes Interativos e Objetos de Aprendizagem (PROATIVA). Professora da rede municipal de Fortaleza. Suas áreas de estudos são: Ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, formação de professores, Teoria dos Campos Conceituais e tecnologias digitais na educação. E-mail: rayssamelodeoliveira@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8234-8240>.

Eduardo Ferreira Chagas

Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1989). Mestrado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (1993). Doutorado em Filosofia pela Universität Kassel – Alemanha (2002). Pós-Doutorado em Filosofia pela Universität Munster – Alemanha (2018-2019). Professor efetivo (Associado 4) do Curso de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ nível 2). Dedicar suas pesquisas ao estudo da filosofia política, da filosofia de Hegel, do idealismo alemão e de seus críticos, Feuerbach, Marx, Adorno e Habermas. E-mail: ef.chagas@uol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1957-6117>.

Recebido em: 15/04/2021

Aceito para publicação em: 09/06/2021